



## **Assembleia de Freguesia de Alcanhões**

**Ata nº 5/2018**

(Ata nº7 de 2017/2021)

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Alcanhões, convocada pelo Edital número cinco de dezanove de Dezembro de dois mil e dezoito, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1 – Apreciação e votação da Ata nº. 3 da Assembleia Ordinária, datada de 28 de junho de 2018-----
- 2 – Apreciação e votação da Ata nº. 4 da Assembleia Ordinária, datada de 27 de setembro de 2018-----
- 3 – Apreciação e votação do Plano de Atividades, Orçamento e Quadro de Pessoal para 2019-----
- 4 – Apreciação e votação da Tabela de Taxas da Junta de Freguesia para 2019-----
- 5 – Apreciação e votação do Regulamento de Apoio ao Associativismo e Utilização de Património da Freguesia-----
- 6 – Apreciação da informação escrita do Presidente de Junta acerca da atividade da Freguesia e sua situação financeira.-----
- 7 – Outros assuntos de interesse para a Freguesia.-----

À hora marcada, o Presidente da Mesa da Assembleia, agradeceu a presença dos membros da Assembleia e Junta, bem como do público e informou ter recebido por correio eletrónico, do Sr. Pedro Nuno Figueiredo Rocha bem como da Sra. Eunice Ferra Mendes, apresentando renúncia aos cargos de membros da Assembleia, nos quais invocavam os seus afazeres profissionais, como base para efetuarem este pedido. Assim, em sua substituição, compareceram respetivamente, o Sr. José Ricardo Oliveira e a Sra. Margarida Eloy. Mais informou, que a Sra. Margarida Duarte e o Sr. Henrique Soares, solicitaram substituição para esta Assembleia, tendo comparecido, respetivamente, o Sr. Nuno Miguel Rodrigues Pedro e o Sr. Luís Justino. Como havia necessidade de preencher o lugar de primeira secretária, deixado vago pela Sra. Eunice Mendes, o Presidente da Mesa propôs a Sra. Margarida Eloy, tendo o Sr. Pedro Mena Esteves sugerido que se efetuasse votação, de modo a que o lugar ficasse preenchido em definitivo. Procedeu-se então á nomeação, tendo sido eleita por unanimidade a Sra. Margarida Eloy. A Mesa ficou constituída com o Sr. Jorge Antunes, Presidente, Sra. Margarida Eloy, primeira Secretária e Sr. João Artur Inês, segundo Secretário, sendo a restante Assembleia composta pelo Sr. Pedro Mena Esteves, Sra. Cristina Araújo, Sr. Luís Justino, Sr. Nuno Pedro, Sra. Maria Leonor Fonseca e Sr. José Oliveira. O Executivo marcou presença com os seus três membros, Sr. Pedro Rui Branco, Presidente, Sr. Rogério Carrasqueira, Tesoureiro e Sra. Filipa Melro, Secretária. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu início aos trabalhos elucidando os presentes dos vários pontos da ordem de trabalhos. -----

O Presidente da Mesa perguntou á Assembleia se o período antes da ordem de trabalhos, poderia passar para o ponto sete, que todos concordaram.-----

O Presidente da Mesa passou ao primeiro ponto da ordem de trabalhos sendo a ata da Assembleia n.º3 de 28 de junho aprovada com 6 votos a favor e 3 abstenções.-----

No segundo ponto da ordem de trabalhos procede-se à aprovação da ata da Assembleia n.º4 de 27 de setembro que foi aprovada com 7 votos a favor e duas abstenções. -----

No que respeita ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Junta, Sr. Pedro Branco, começou por apresentar o Plano de Atividades, Orçamento e Quadro de Pessoal para o ano de 2019, desenvolvendo algumas considerações quanto aos conteúdos dos referidos documentos.-----

Pediu a palavra o Sr. Luís Justino, que cumprimentou todos os presentes desejando um bom trabalho aos novos membros desta assembleia, e referiu que sendo o documento apresentado um instrumento de trabalho a aprovar para o ano 2019 deveria estar mais concreto a nível do plano de ação. Acrescentou ainda que ao serem mencionadas iniciativas diferenciadoras deve o presidente elencar claramente o que pretende desenvolver. Referindo-se ao orçamento de receita, disse ainda que o considera claramente empolado existindo dados que podem prejudicar a gestão feita pelo executivo e por consequência prejudicar a freguesia. Foi ainda questionado pelo mesmo membro, o valor do Imposto Municipal sobre Imóveis que se prevê uma descida da taxa e na receita está previsto um aumento do valor a encaixar pela Junta nesta rubrica. Alertou também, para o facto de no averbamento de campas perpétuas estar previsto arrecadar 5000 euros, quando já em 2018, se fez uma previsão de 8000 euros e efetivamente só se conseguiram 720 euros. Realçou ainda a correta criação de rubricas para encaixe das verbas respeitantes ao OTL e ao Passeio dos Avós, mas chamou à atenção para o facto de continuarem a existir rubricas Outras e Outros com verbas de receita atribuídas que não estão claras, aconselhou a que estas sejam melhor definidas e não incluam quantias muito elevadas. Colocou ainda a questão da redução de despesas mencionada pelo Executivo, nomeadamente com a MEO e a EDP sendo que se verifica uma previsão de maior despesa nessa área orçamentada para 2019, comparativamente ao ano 2018. Em conclusão das suas questões reforçou a ideia de que todos os objetivos a que o Executivo se propõe devem ser acompanhados de planos de ação porque se assim não for serão apenas desejos.-----

O Presidente da Junta solicitou a palavra para responder ao Sr. Luís Justino, dizendo que tem noção que a despesa corrente é superior à receita e que nem todos os valores mencionados vão ser recebidos. Contudo, equilibrando os orçamentos é preciso criar receita para fazer face à despesa. Referiu ainda que o cemitério da freguesia é uma questão a resolver, existindo um problema de espaço pelo que é necessário aferir propriedade das campas perpétuas, para que eventualmente retomem à freguesia. Referiu também que a rubrica OTL e Passeio dos Avós foi criada por forma clarificar a receita que está a ser recebida. Quanto à MEO e EDP, informou que o valor revisto em baixa ainda não estava negociado à data deste orçamento. Por último, o Presidente da Junta reafirmou como diferenciadoras a iniciativa do OTL e toda a dinâmica das Associações da freguesia que tem sido evidente. Acrescentou ainda que o Executivo tem planos concretos para melhorar a sua intervenção nas diversas áreas.-----

Solicitou intervenção a Sra. Maria Leonor Fonseca, para dizer que este orçamento não traz nada de novo, relativamente á receita dos serviços dos CTT, o valor até Novembro é menos de metade do previsto para o ano de 2018 e solicitou algum esclarecimento sobre este facto, disse ainda que sentia a Freguesia descaracterizada.--

O Presidente da Junta tomou a palavra para responder á Sra. Maria Leonor Fonseca, dizendo que considera o serviço CTT compensador pois é efetivamente usado pelos fregueses, contudo os custos com a funcionária são superiores ao que se recebe. Há meses com maior atividade do que outros mas deve ser mantido este serviço à freguesia até ser possível. Concluiu esta sua intervenção dizendo que o orçamento estará empolado também porque não se realizou obra em 2018 que está já adjudicada para iniciar no próximo ano.-----

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Pedro Mena Esteves, que referiu a questão dos donativos previstos arrecadar, da parte das empresas, no seu entender, não devemos inventar receita para cabimentar despesa, pois podemos estar a enganar-nos a nós próprios na medida em que quanto mais receita fictícia existir maior será a dificuldade em equilibrar o orçamento. Demonstrou ainda o seu agrado pelo facto da Câmara Municipal de Santarém ter efetuado um reforço da verba atribuída a esta freguesia e assim há obra que poderia já estar feita e paga nesta altura. O facto de o Executivo ter seguido as sugestões de necessidade de obra já manifestadas pelo Partido Socialista foi ainda salientado pelo Sr. Pedro Esteves, questionando também o Presidente da Junta sobre qual a intervenção prevista para a Casa das Coletividades, considera ainda que intervenção na rua Maria Luísa Leiria é bastante importante, bem como outros melhoramentos em edifícios e espaços públicos.-----

O Presidente da Junta respondeu ao Sr. Pedro Mena Esteves, referindo, que a questão dos donativos está relacionada com uma relação de maior proximidade que o executivo pretende estabelecer com as empresas da

freguesia. Assim, é intenção desenvolver projetos que deem visibilidade às empresas para que estas possam apoiar a freguesia, com donativos, dos quais possam usufruir benefícios fiscais. Não se pretende inventar nada de orçamento mas sim criar receitas para fazer face às despesas. Mencionou ainda que o OTL é um serviço social que é útil à freguesia e que tenciona manter, melhorando sempre alguns aspetos. Referiu que o trabalho que estava a ser feito pelo anterior executivo não foi posto de lado pela sua equipa atual que teve em conta essas sugestões. Quanto a obra pública informou que a Avenida Maria Luísa Godinho não está esquecida e que vai ser feita obra no primeiro trimestre de 2019, quanto ao projeto do Parque Infantil a sua proposta está em andamento na Câmara Municipal de Santarém.

Quanto a obra já realizada o Presidente da Junta mencionou a intervenção na Escola do 1.º ciclo onde já foi feito o telheiro já projetado e informou que segundo informação do Presidente da Câmara Municipal de Santarém esta escola será requalificada entre 2019 e 2020. Será feita também alguma intervenção em passeios para melhorar a circulação dos peões.

O Sr. Pedro Esteves voltou a intervir reforçando que tem sido feito um fraco investimento da verba atribuída à freguesia com obra nova, sendo que passou um ano e não se fez uma única obra. Comparando a atual situação com a dos anteriores últimos anos em que a pouca obra que se fazia tinha que ser com orçamento da Junta, pois não era disponibilizada verba para o efeito, considera urgente que se invista na freguesia avançando com obras necessárias.

O Presidente da Junta solicitou a palavra para responder ao Sr. Pedro Esteves, dizendo que existiu um atraso normal no arranque do novo executivo, mas deixou o compromisso de que dentro em breve as obras iriam surgir. Salientou ainda que quanto a despesa da Junta não se pode relevar o facto de terem passado dois funcionários a efetivos o que custa mais dinheiro à freguesia.

Por fim, procedeu-se à votação do Plano de Atividades e Orçamento da Freguesia que obteve um voto contra, quatro abstenções e quatro votos a favor, sendo aprovado por maioria. Os elementos afetos à bancada do Partido Socialista, que optaram pela abstenção, fizeram declaração de voto, tendo um dos elementos, Sr. Luís Justino lido em voz alta o texto, que se transcreve:

Os elementos eleitos pelo Partido Socialista abstiveram-se na votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano, viabilizando a sua aprovação.

Os elementos eleitos abstêm-se, conscientes de que este não é o Orçamento de que Alcanhões precisa, nem é esta a estratégia necessária para inverter o estado de abandono da Freguesia de Alcanhões.

Os elementos eleitos pelo Partido Socialista abstêm-se, pois este Orçamento contém rúbricas de receitas claramente empoladas, a referir:

- 1- 01.02.02 - Imposto municipal sobre Imóveis – O Executivo, apesar de no ano de 2018 ter executado apenas 7.809,48€ dos 11.500€ previstos, e sabendo que a previsão para 2019 é de uma redução de 0,45 para 0,438, coloca uma previsão para 2019 de 11.500,00€, empolando em excesso +3.500€.
- 2- 04.01.23.99.03 – Averbamento de Campas Perpétuas – O Executivo foi alertado pelos eleitos do partido socialista, no orçamento de 2018, que esta rúbrica estava com valor exagerado de 8.000,00€. O Executivo do PSD assumiu o compromisso de durante o ano de 2018 arrecadar esse valor, mas falhou arrecadando apenas 720€. Após o erro previsional de 2018, o Executivo do PSD continua a errar nas previsões colocando 5.000€ para 2019, empolando claramente esta rúbrica.

Os elementos eleitos pelo Partido Socialista abstêm-se, pois este Orçamento contém rúbricas de despesa incoerentes com as afirmações do Executivo do PSD, passando a esclarecer:

O executivo afirma que se têm focado na redução de custos da freguesia, poupança aproximada de 500€, para o orçamento de 2019, nomeadamente:

- Redução da mensalidade afeta ao serviço de comunicações MEO.
- Redução da mensalidade fixa afeta aos serviços da EDP.
- ...

No entanto nas rúbricas:

- 02.02.01.01 – Eletricidade – no ano de 2018 o Executivo do PSD estimou 2.789,22€ e para o ano de 2019 estimou 3.250€ ou seja mais 463€.

- 02.02.09.01 – Comunicações fixas – no ano de 2018 o Executivo do PSD estimou 600€ e para o ano de 2019 estimou 750€ ou seja mais 150€.

O Executivo afirma poupança mas não a reflete no orçamento de 2019 e piora ao aumentar as referidas rúbricas.

Os elementos eleitos pelo Partido Socialista abstêm-se, pois as Opções do Plano não refletem uma estratégia para Alcanhões, um rumo de desenvolvimento capaz de orientar com ações concretas no sentido do progresso e do bem estar social da população de Alcanhões;

Os elementos eleitos pelo Partido Socialista abstêm-se, sabendo que este Orçamento do Executivo PSD, que não negociou com ninguém, nem foi capaz de dialogar nem consensualizar.

Os elementos eleitos pelo Partido Socialista, abstêm-se nesta votação, mas não se irão abster de acompanhar a execução deste Orçamento do Executivo PSD e a cada momento exigir que o Executivo do PSD cumpra aquilo que agora se compromete.

Ainda dentro do ponto três, foi apresentado o Quadro de Pessoal, documento sem alterações relativamente ao ano anterior. Contudo, o Sr. Pedro Esteves pediu a palavra para clarificar uma situação, que no seu entender, tinha ficado pouco clara na última assembleia e que se relaciona com a passagem de dois funcionários a efetivos, durante o seu mandato e que, segundo este executivo, sobrecarrega as despesas de pessoal, tendo sido apelidada de uma atitude de leviandade. Explicou o Sr. Pedro Esteves que essa decisão foi bem amadurecida pelo anterior executivo, pois a Junta só funciona se mantiver dois administrativos e dois cantoneiros. Disse ainda que o executivo tem que saber gerir os funcionários, orientá-los e motivá-los e afirmou mesmo que não pode existir o desleixo que se verifica, não se cumprindo os horários, sendo necessário maior rigor e seriedade. Voltou a reforçar, que a estratégia adotada, durante o seu mandato, relativamente ao quadro de pessoal, foi a mais adequada e se revelou necessária para o bom funcionamento de todos o serviços da Junta de Freguesia---

Solicitou intervenção a Sra. Cristina Araújo para acrescentar que em setembro de 2013, quando iniciou funções nesta Junta, as despesas com pessoal eram no valor de 99.000 euros e que neste momento são de 83000 euros.---

O Presidente da Junta solicitou a palavra para responder que nunca afirmou que os funcionários não eram necessários, o que questionou foi que dado o incremento de despesas com pessoal, se os correios algum dia vierem a fechar a gestão fica numa situação delicada. Acrescentou ainda, que não quis ofender ninguém com as suas palavras, no entanto, a sua estratégia teria sido outra.

O Presidente da Assembleia tomou a palavra, para questionar o Executivo relativamente á afirmação feita de que há um desleixo no cumprimento de horários por parte dos funcionários, qual o fundamento e o que realmente se passa.

Tomou a palavra o Presidente da Junta referindo que todos os dias fala com os funcionários, sendo um facto de que este ano tem havido algumas baixas médicas, mas não é verdade que não se cumpra horários e serviços. Poderão ter existido uma ou duas situações de atrasos na abertura da Junta mas que foram devidamente advertidos e corrigidos e não colocaram em causa o seu normal funcionamento.

Foi então votado o Quadro Pessoal para 2019 que obteve aprovação por unanimidade.

A Assembleia prosseguiu passando ao ponto quatro, Tabela de Taxas da Junta de Freguesia para 2019, documento apresentado aos presentes pelo Presidente do executivo.

Pediu a palavra o Sr. Luís Justino, sugerindo que seja colocada uma memória descritiva junto a este documento para melhor se perceber quais foram as alterações, muito embora constate que existem itens colocados a cor. Colocou ainda a dúvida relativa às taxas de inscrição semanal no OTL onde se referenciam Taxa A e Taxa B sem estar claro quais são os critérios para a aplicação de cada uma das taxas.

O Presidente da Junta tomou a palavra dizendo que aceita as sugestões e esclareceu que as taxas A e B se distinguem para casos sociais, nomeadamente beneficiários de Rendimento Social de Inserção, inscrição de dois ou mais irmãos, entre outras.

Não havendo mais intervenções, foi feita a votação do documento apresentado, tendo sido aprovado, com zero votos contra, uma abstenção e oito votos a favor.

No ponto cinco da ordem de trabalhos, Apreciação e votação do Regulamento de Apoio ao Associativismo e Utilização de Património da Freguesia, foi dada a palavra ao Sr. Luís Justino, que referindo-se ao documento, este, seja visto por alguém da Câmara Municipal de Santarém para emitir um parecer jurídico de forma que tudo esteja em conformidade do ponto de vista legal.

Pediu a palavra a Sra. Margarida Eloy, que cumprimentou todos os presentes e manifestou a sua opinião quanto ao documento elaborado pelo Executivo da Junta de Freguesia, dizendo que atempadamente foi convocada uma reunião com os membros da Assembleia para que todos pudessem expressar a sua opinião na sua elaboração. Como ninguém se demonstrou disponível, o executivo apresentou o que está agora em debate, apesar de ser importante o parecer jurídico sobre o mesmo, deva avançar-se para a sua votação, uma vez que foi um assunto que ficou pendente já da última Assembleia.-----

O Sr. Luís Justino voltou a intervir clarificando que na última Assembleia foram apresentados protocolos de cedência do espaço e que assim não foram aceites enquanto regulamentos. Contudo, acrescentou que era do seu agrado o facto de já existir o regulamento e que iria ser votado apesar da questão sugerida anteriormente.-----

O Presidente da Assembleia, colocou à votação o ponto cinco, que foi aprovado com zero votos contra, duas abstenções e sete votos a favor, ficando o executivo incumbido de levar o Regulamento aos serviços jurídicos da Câmara de Santarém, para atestar a sua legalidade.-----

Passou-se de seguida ao ponto número seis, Atividade da Freguesia e sua situação financeira, onde o Presidente da Junta, fez a apresentação do documento, referindo-se aos vários itens que nele constavam.-----

O Sr. Pedro Esteves tomou a palavra para clarificar algumas questões relativas a despesas, deixando alguns alertas ao executivo no sentido de ser necessário investimentos para justificar as despesas e mencionou a falta de intervenção nas ruas da freguesia que considera importantes e há algum tempo que estão deixadas para segundo plano.-----

Em seguida, o Sr. Luís Justino interveio referindo-se às operações de tesouraria respeitantes à dívida às Águas de Santarém que ultimamente não se tem reduzido e salientou a importância de encontrar planos de ação que permitam arrecadar as receitas e conter despesas.-----

O Presidente da Junta tomou a palavra para responder às duas intervenções anteriores afirmando que tenciona reduzir a dívida existente e herdada já do anterior executivo mas que tem que haver alguma prioridade na gestão orçamental e em toda a estratégia que tem sido desenvolvida pela sua equipa atual, já que o IMI recebido pela Freguesia baixou e também a receita com o cemitério ficou aquém do previsto. Outro facto que tem constatado já há algum tempo é que tem vindo a diminuir o número de pessoas que pagam as faturas de água na Junta.-----

O Sr. Pedro Esteves sugeriu então que se desenvolva uma ação de sensibilização junto da população para que paguem as faturas na Junta, dado que esta terá algum benefício. Chamou ainda à atenção para o aumento da execução orçamental negativa dado que atualmente não há investimento, não há dívidas a fornecedores e a Câmara está a transferir as receitas atempadamente. -----

No ponto sete da ordem de trabalhos, outros assuntos de interesse para a freguesia, pediu para intervir o Sr. Pedro Esteves, questionando, em que situação se encontra a repavimentação da Reta do Fairro, qual o ponto da situação relativamente ao projeto do Ringue Polivalente, referindo que há que aumentar a pressão junto da Câmara Municipal de Santarém, pois não se compreende tanta demora na execução do projeto, já que as crianças e jovens desta freguesia deveriam, a breve trecho, poder usufruir daquele espaço melhorado.-----

O Presidente da Junta afirmou que tem feito pressão junto da autarquia e não deixa cair nenhum assunto no esquecimento e informou que, segundo resposta dada pelo Presidente da Câmara na Assembleia Municipal, se as Infraestruturas de Portugal cumprirem com a parte que lhe compete a Câmara avança com a obra das Assacaias. Disse ainda que a Câmara ficou de concluir a obra do Fairro até Março.-----

O Sr. Luís Justino referiu considerar importante que se mantenha atualizada a página web da Junta de Freguesia com os editais e as atas.-----

Pediu a palavra o Sr. Nuno Pedro, referindo-se à sinalização rodoviária da EN365 que devia ser melhorada nomeadamente no avivar das passadeiras, trabalho que pode ser feito pelos cantoneiros da Junta. Alertou ainda que existem condutas de água muito antigas que originam frequentemente ruturas pelo que se deveria equacionar a sua substituição antes da pavimentação e dos passeios, por fim questionou qual a situação do Sr. Alberto Leiria relativamente ao seu período de baixa prolongado. -----

O Presidente da Junta agradeceu e aceitou as sugestões do Sr. Nuno Pedro, informando também que o pedido de reforma por invalidez do Sr. Alberto Leiria foi recusado e que foi apresentada uma nova baixa. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu a palavra público, sem antes pedir desculpa pelo adiantado da hora.-----

Solicitou a palavra o Sr. Jaime Cunha referindo que, dado o adiantado da hora já não iria colocar nenhuma questão, no entanto sugeriu que se fizesse uma Assembleia Extraordinária para intervenção do público.-----

Também solicitou intervenção o Sr. Vasco Inês, referindo que a seguir a uma Assembleia Ordinária deveria existir uma Extraordinária para que fosse possível a intervenção do público em tempo útil.-----

O Presidente da Mesa informou todos os presentes que tinha consultado o Regimento da Assembleia e sugeriu que se pensasse na possibilidade de se utilizar futuramente um período de trinta a sessenta minutos antes da Ordem de Trabalhos, que está contemplado no referido documento, para intervenção do público.-----

Não havendo mais intervenções do público, o Sr. Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembleia de Freguesia, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os membros presentes. -----

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---